Ata da 15ª Reunião Ordinária do 4º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos onze dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo vereador Adriano Reinhardt, primeiro secretário. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a sra. presidente encaminhou às comissões técnicas os Projetos de Lei do Executivo Municipal n° 578, 579 e 580 de 2024, encaminhou para a comissão de finanças, contas e orçamentos o balancete de verificação mensal de março de 2024 da Empresa Municipal de Habitação – EMHAB. **DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO: Moção de aplausos n° 086 de 2024 –** Autor: Hélio Alves – Moção de aplausos ao Rotaract Club São Bento do Sul pelos seus relevantes serviços prestados. Com a palavra, o vereador proponente, Hélio Alves. Ressaltou que neste ano o grupo de jovens completa 25 anos realizando ações como no dia das crianças e natal. Comentou também que estes jovens trabalham sem fins lucrativos mesmo em feriados e finais de semana para realizar essas ações. Com a palavra, vereadora Carla O. Hofmann. Ressaltou a importância do reconhecimento de uma das formas mais belas de doação para a comunidade, que é o voluntariado. Disse ainda que é um exercício de cidadania muito importante destes jovens. Parabenizou o vereador pela propositura e pediu para que possa assinar juntamente a moção. Com a palavra Terezinha M. Dybas. Comentou que faz parte da família rotária, e que o Rotaract são jovens que dedicam o seu tempo para realizar ações voluntárias pela comunidade. Comentou que muitos ainda frequentam faculdades e até mesmo são de fora da cidade, vindo nos finais de semana para São Bento do Sul, onde suas reuniões são realizadas nos domingos no período vespertino, devendo ser ainda mais valorizado. Comentou sobre um dos projetos que o clube vem frequentemente fazendo área da saúde, onde se trata de sábados com atendimentos em parcerias com o poder público. Ressaltou a importância do trabalho do clube, e parabenizou o vereador Hélio pela iniciativa, e pediu para subscrever a moção assim como a vereadora Carla. A sra. presidente Zuleica Voltolini também parabenizou o vereador Hélio e disse que também gostaria de subscrever a moção, ressaltando o brilhante trabalho e exemplo que os jovens do grupo realizam. Não havendo mais manifestações, foi colocado em votação a moção, e por unanimidade foi aprovada. **Certificado de Regularidade n° 126 de 2024** - Do Grupo Escoteiro Desbravador requerendo a renovação do Certificado de Regularidade de Entidade Pública. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou que o grupo apresentou na casa de leis a prestação de contas

referente ao ano de 2023, que foi analisado pelas comissões estando totalmente regular, pedindo o Certificado de Regularidade para o ano de 2024.Não havendo demais manifestações, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade logo em seguida. **Certificado de Regularidade nº 127 de 2024** – Da Associação de Produtores Rurais de São Bento do Sul, requerendo a renovação do Certificado de Regularidade de Entidade Pública. Com a palavra Terezinha M. Dybas. Comentou que a prestação de contas da associação foi analisada e está totalmente regular. A Associação pediu pelo Certificado de Regularidade de 2024. Salientou que o poder público ainda possui pendente a análise da isenção ou não da taxa do alvará sanitário, tendo há algum tempo a associação solicitando. Ressaltou a importância da associação nas atividades agrícolas da cidade. Com a palavra, vereadora Carla O. Hofmann. Reforçou novamente o pedido, devido a importância da agricultura familiar na cidade sendo mais de 50 famílias envolvidas na associação. Cobrou novamente do executivo a dispensa dos valores cobrados (taxa), uma vez que a associação desempenha um papel muito importante na cidade. Não havendo demais manifestações, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade logo em seguida. **Certificado de Regularidade nº 128 de 2024 –** Da Sociedade Atiradores 23 de Setembro requerendo a renovação do Certificado de Regularidade de Entidade Pública. Com a palavra Terezinha M. Dybas. Comentou que a sociedade também apresentou a prestação de contas referente ao ano de 2023 e também está totalmente regular, requerendo o Certificado de Regularidade para o ano de 2024. Não havendo demais manifestações, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade logo em seguida. **Requerimento de Informação n° 063 de 2024.** – Autor: Adriano Reinhardt – Ao executivo Municipal requerendo informações sobre o Projeto de Lei n°557/2024. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Comentou que a comissão de finanças, contas e orçamentos, após análise do relator da comissão, vereador Jairson Sabino, sobre o Projeto de Lei 557 de 2024, surgiram algumas dúvidas com a relação da criação ou adaptação dos cargos comissionados pela estrutura administrativa. Salientou que estas informações são importantes para que a comissão possa emitir o seu parecer. No primeiro questionamento é necessário para entender do ponto de vista das finanças, contas e orçamentos, saber se os cargos do projeto de lei são novos cargos, ou seja, estão sendo criados ou adaptados, como sustenta o poder executivo. Observaram que os cargos estão sendo inseridos no projeto de lei, pelo mesmo princípio, não constam na lei atual ou não alteram o nome e atribuições de um cargo já presente na estrutura. Disse que se esse for o caso, que se espera do executivo prestar as devidas informações, há necessidade de uma análise diferenciada do impacto econômico financeiro e demais determinações da lei de responsabilidade fiscal. Comentou quanto ao questionamento de que se há alguma escolaridade mínima para os cargos em comissão que estão sendo criados ou adaptados, como o executivo justificaria. Comentou que o questionamento é pertinente pois se sabe

que atualmente existem alguns cargos comissionados que não possuem o ensino fundamental completo, sendo chefes ou diretores de servidores efetivos, tendo esses servidores escolaridade de nível maior e que recebem salários menores que os superiores comissionados. Comentou que essa análise com o foco nas finanças e orçamentos relativos a estes cargos também é de suma importância. No último questionamento, o vereador comentou que se tratava do prazo final, sendo o último dia para a extinção dos cargos determinado pelo poder judiciário, e que em fevereiro representantes do jurídico do poder executivo se reuniram com os vereadores e informaram que o prazo final eram 180 dias para a extinção destes cargos, o que deveria ter sido no mês de março. O vereador salientou que estes cargos continuam trabalhando normalmente, ou seja, o executivo não informou os vereadores sobre o real prazo, e por isso, a pertinência das informações solicitadas. Ressaltou que as informações são extremamente relevantes para o parecer técnico da comissão de finanças, contas e orçamentos. Disse que não há motivos para rejeitar este requerimento, e que se o executivo está com a mesma agilidade em responder o requerimento quanto tiveram no último, que nem mesmo tempo de tramitar na câmara teve, e já haviam respostas. Finalizou pedindo a aprovação do pedido de informação. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou que em conversa com alguns outros vereadores, entenderam que embora o pedido de informação na primeira parte tem a sua pertinência, mas que na segunda parte é mais especulativo e que o prazo do processo pode ser verificado por qualquer um, uma vez que o processo é público, podendo ser consultado na ADIN. Salientou que esta é uma pergunta que nada contribui para a análise da comissão de finanças, contas e orçamentos que a mesma deveria se ater a esses itens finanças, contas e orçamentos do município. Disse que sobre a pergunta dos cargos serem criados ou adaptados a um já existente, no projeto da readequação dos cargos está claro, tendo as informações, e ressaltou novamente que não seja uma necessidade para a comissão de finanças, contas e orçamentos, embora seja uma informação importante para a decisão de cada vereador para dar seu voto contra ou a favor ao projeto principal. Comentou sobre a parte de escolaridade mínima requerida nos cargos não interfere em nada na parte da comissão de finanças, contas e orçamentos. Comentou que passou pelo parecer jurídico da casa de leis, que fez seu parecer pela legalidade e constitucionalidade deste projeto, portanto do seu ponto de vista legal e constitucional há um parecer favorável, mas que não vincula os vereadores a votarem favorável ou não, tendo liberdade para se posicionar ao votar, assim como liberdade para analisar este requerimento de informação, mas ressaltou que entende que não existe vinculação alguma destas perguntas para uma melhor análise da comissão de finanças. Salientou que no projeto que chegou na casa, há um impacto financeiro onde demonstra que haverá uma diminuição do valor com a readaptação destes cargos, onde seu impacto financeiro será negativo, provado com estudo que está anexado ao projeto. Comentou que o Regimento Interno proíbe especulações, e

quanto aos demais questionamentos acredita que de nada contribui para a análise da comissão de finanças, contas e orçamentos. Para finalizar, disse que é desfavorável ao pedido de informação, e para que os outros vereadores que entenderam da mesma forma, se posicionem desfavoravelmente também, ainda que o projeto está na comissão de finanças completando 15 dias no dia nove de abril, e o prazo é de 15 dias, portanto como a sessão que se sucede dos 15 dias é a atual, caso não for aprovado o Requerimento de Informação, o projeto está pronto para discussão. Comentou que mesmo a comissão de finanças, contas e orçamentos dando ou não o seu parecer e estourando o caso, o processo terá o seu seguimento da mesma forma. Com a palavra, vereadora Carla O. Hofmann. Comentou que o PL 557 é polêmico, tendo sido discutido já na comissão de admissibilidade na qual realizou o voto fazendo vários apontamentos. Falou que entende o motivo que existe a pressa para criação destes cargos. Salientou que a casa de leis tem tido por hábito aprovar os pedidos de informação justamente pensando na questão da lisura, da transparência e acesso à informação da questão dos vereadores, e não vê o motivo desse projeto ter sido tão diferente em relação a tudo o que já foi aprovado até o momento no legislativo. Disse que não lembra de outra situação se não o PL 557 que tenha sido negado o acesso de informação nesta casa. Ressaltou a importância de os vereadores terem acesso à informação, visto que a comissão é soberana e que se entendeu determinada necessidade de informações. Comentou também que o parecer do procurador da câmara é meramente orientativo, e como representantes do povo, os vereadores podem inclusive ser contrários ao parecer. Disse ainda que independente do parecer, o mesmo não irá impor aos vereadores uma decisão. Comentou que muitas decisões do judiciário muitas vezes são decisões completamente diversas. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Complementou que não vê de maneira alguma questões especulativas, como mencionou em sua fala anteriormente a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou não ser jurista e que não será ele que decidirá sozinho, e por este motivo pediram e fizeram o requerimento de informação. Disse que vê preocupação de escolaridade nos cargos comissionados, e disse que vem acompanhando a questão da saúde, onde alguns problemas estão acontecendo, aconteceram e ainda podem acontecer. Comentou ainda sobre alguns erros e perdas na busca de recursos federais e estaduais. Comentou que é importante saber a escolaridade visto que são pessoas que irão assumir cargos como de secretário e diretores. E não havendo demais manifestações, o requerimento foi colocado em votação, sendo reprovado por maioria simples em seguida. Foram contrários os vereadores Hélio Alves, Luiz Lindecir Pesenti, Terezinha M. Dybas, Darlan André Guliani, Alisson Antônio Hastreiter e Karen Lili Fechner. E foram favoráveis, a vereadora Carla Odete Hofmann, e os vereadores Jairson Sabino e Adriano Reinhardt. **MATÉRIAS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO: Projeto de Lei n° 575 de 2024** – Autor: Executivo Municipal – Altera o anexo XI da Lei n° 2966, de 29 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o plano de cargos efetivos, carreira

e salários dos servidores públicos municipais. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou sobre o volume de trabalho que o setor de planejamento e urbanismo está tendo nos últimos anos na cidade. Disse que com todas as obras em andamento, o setor não possui tempo para realizar todos os projetos, sendo necessária a ajuda que está tendo pela AMUNESC, e pela contratação de empresas terceirizadas para que seja possível dar conta do alto número de projetos que estão sendo realizados. Comentou também que na última sessão foi abordada a questão sobre uma melhor fiscalização onde não existe essa possibilidade de melhora com o efetivo que possui hoje, tendo todos os servidores da pasta dando o máximo de si, mas ainda assim não é suficiente para dar conta da demanda. Disse que também se deve considerar a implantação do georreferenciamento que trouxe um avanço extraordinário para a cidade, mas que precisa de pessoas para operá-lo, visto que possui apenas uma pessoa na função, sendo necessário pelo menos mais uma. Portanto, concluiu que este projeto se trata da criação de uma vaga para um engenheiro civil, uma vaga para arquiteto e urbanista, e uma vaga para engenheiro cartógrafo. Após relatar o número de funcionários por cargo, comentou que é uma vaga a mais em cada função, para que o trabalho possa ser distribuído dando conta da demanda e realizando um trabalho melhor. Expôs onde atuam e quais funções são atribuídas à esses profissionais, e observou que a criação destes cargos não acarreta em impacto orçamentário de imediato, visto que 2024 se trata de um ano eleitoreiro. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Comentou sobre a diferença do projeto que está sendo tratado ao projeto 557, é que estes cargos em questão são técnicos e imprescindíveis, cargos estes que serão ocupados por profissionais capacitados com necessidade visível para todos. Comentou sobre a responsabilidade técnica visto que estão envolvidos contratos, fiscalização, obras e projetos. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Acrescentou a informação que o quadro de funcionários do setor de planejamento é desde 2012, portanto, nestes 12 anos a cidade cresceu, necessitando de um aumento no quadro de funcionários. Relembrou a aprovação da criação no ano anterior, de uma vaga de diretor para planejamento, que se trata de uma diretoria dentro do setor de planejamento que está pensando na cidade para 5, 10, 15, 20 anos. Comentou que nesse setor existem 3 pessoas, sendo necessário que se pense maior. Disse que quando era comentado sobre essa diretoria no passado, comentavam que seria um ‘embrião’ do Instituto de Planejamento de Curitiba, onde na época além da vereadora Terezinha, a vereadora Carla e o vereador Adriano juntamente com alguns servidores foram no local para trazer mais subsídios. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Salientou que sempre disse que a cidade deveria ser planejada em 20,30 anos e que apenas um Instituto de Planejamento que tenha servidores estáveis, técnicos e concursados, olhar a cidade na forma macro. Ainda ressaltou que São Bento do Sul não possui ligação de bairro a bairro, visto o problema de trânsito que se encontra na cidade, por exemplo, em uma sexta-

feira. Complementou dizendo que tudo é preciso passar pelo centro. Para finalizar, comentou que precisa-se de gestores públicos com vontade e coragem para formatar um instituto com a grandeza que a cidade necessita e merece. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou que no dia atual, foram realizadas as pavimentações na Rua Lino Roesler, ligando os bairros 25 de Julho e Serra Alta. **Projeto de Lei n° 576 de 2024. – Autor:** Executivo Municipal Altera o anexo I da Lei 4983, de 26 de março de 2024. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou que se trata da individualização de duas matrículas, então existe a necessidade de fazer a correção na redação da lei para que atenda as exigências do cartório do registro de imóveis da cidade. **Projeto de Lei n° 577 de 2024.** – Autor: Executivo Municipal – Autoriza a Fundação Municipal de Desportos a transferir por doação veículo à Secretaria de Educação de São Bento do Sul, e dá outras providências. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou que recentemente, a FMD adquiriu um veículo, adaptado para inclusive realizar o transporte de pessoas com necessidades especiais, para realizar o transporte de todos os atletas. Logo, o carro que era utilizado, e que não era adaptado, não estaria sendo mais usado pela fundação. Por este motivo, a FMD se dispôs a doar o veículo para a Secretaria de Educação, visto que a secretaria transporta alguns alunos e pode auxiliar no quesito transporte. **Projeto de Lei n° 117 de 2024** – Autor: Zuleica Voltolini – Altera o artigo da lei n° 11, de 20 de maio de 1977, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal "Presidente Castelo Branco". Com a palavra, a vereadora Zuleica Voltolini. Comentou que a alteração é necessária para uma identificação mais precisa da associação abrangida por esta legislação, e comentou que no ano de 1977, quando ocorreu a declaração de Utilidade Pública, apenas a sua denominação foi incluída, não seus dados completos, os quais foram estabelecidos posteriormente. Disse que com a promulgação da lei 2571 em maio de 2010, novos critérios foram estabelecidos para a concessão do título de Utilidade Pública Municipal, portanto, essa adequação é crucial para que a associação possa renovar seu status de Utilidade Publica de forma correta e legal com sua devida identificação. **PALAVRA LIVRE:** Com a palavra, o vereador Darlan A. Guliani. Comentou sobre a iniciativa da Vigilância sanitária, sobre a publicação de dois boletins semanais sobre o combate à dengue, bem como as ações que cada munícipe deve tomar. Aproveitou a oportunidade, para pedir ao excelentíssimo Presidente que providencie sua vacina contra a dengue. Comentou também sobre o ocorrido na licitação do transporte público, que novamente foi postergado, desta vez por pedido de uma empresa. Se mostrou surpreso com os comentários sobre o assunto, nas redes sociais, visto que a maioria parece não conhecer as leis que o regem. Disse que há um tempo atrás, o vereador, juntamente com as vereadoras Carla e Terezinha, se reuniram com um empresário do ramo de transporte coletivos, na intensão de discutir a problemática em São Bento do Sul, bem como tentar a possibilidade desta

empresa mostrar interesse quando algum processo de licitação abrisse, tendo todos os critérios para participação conforme o solicitado na licitação. Obtiveram como resposta que o mesmo não possui interesse em processo de licitação em São Bento do Sul. O vereador comentou que a resposta seria óbvia, visto que a cidade compete com grandes cidades na frota de carros particulares. Comentou que não se consegue condensar o número de 30 carros dentro de um ônibus, em lógica, tendo como conforto, disponibilidade de horários, visto que se trata de um sistema arcaico, pois a última vez que foi realizado foi há 25 anos. Comentou que como cidadãos, as pessoas deveriam participar mais da política. Disse que tudo bem não gostar de políticas, mas que as pessoas devem ter a ciência de que a política rege a educação, a saúde, a segurança, a mobilidade, a infraestrutura, e toda a questão da administração que nos possibilita a viver bem ou não no dia a dia. Relembrou ainda sobre a discussão de uma vaga na câmara de vereadores para um engenheiro, tendo uma manifestação do vereador Adriano sendo contra, sendo o vereador Darlan contra também. Comentou ser contra mesmo que quando houve uma situação onde chegou até o vereador, que o cimento que estava sendo utilizado na obra da UPA era de densidade menor que a qual deveria ser utilizada, o vereador foi até o local e por não possuir capacidade de diferenciar um de outro (cimento), não pode concluir se estava realmente sendo utilizado cimento de densidade menor do que estava no contrato. Comentou ainda sobre a rampa de acesso construída e inaugurada no ano de 2019, que dois anos depois já estava totalmente destruída. Questionou se em cada obra que irá se fazer como poder público, será necessário colocar um fiscal para averiguar se o que foi contratado está sendo feito como licitado, ou ainda, devesse ter uma lei que pune, assim como o cidadão é punido no seu trabalho quando não se faz aquilo para qual foi contratado. Ressaltou a diferença do público para o privado. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Fez uma reflexão e comentou sobre a importância dela para o momento de campanha pré-eleitoral que está acontecendo. Trouxe os significados das palavras democracia, fato, opinião e suposição. Comentou então sobre fatos citando o projeto 375 de 2019 sobre a adequação de 121 cargos, que tramitou na casa de leis por 26 dias. Citou o projeto 577 de 2024 sobre a adequação de 27 cargos entrando no dia 16 de fevereiro de 2024, tendo seu parecer jurídico favorável, e no dia atual, 11 de abril, o projeto ainda se encontra na comissão de finanças para análise. Citando mais fatos, o presidente da mesa no ano de 2019, era o vereador Peter que era do partido Progressistas. No ano de 2024, a presidente da mesa, Zuleica Voltolini, também é do partido Progressistas. Comentou também que no ano de 2019, o prefeito da cidade era o senhor Magno Bollmann, partido progressistas, já no ano de 2024, o prefeito da cidade, senhor Tomazini do partido PL. Dissertou mais fatos, que no ano de 2019 não era ano eleitoral, mas que 2024 se trata de um. Fez uma suposição, realizando uma pergunta, se seria esse o motivo, o fato de ser um ano eleitoral, ou ser um prefeito de outro partido, por este motivo o projeto

estaria demorando para tramitar, sendo o projeto idêntico, mudando apenas a quantidade de cargo. Comentou que em sua opinião, não votar neste projeto implica em prejudicar o programa Farmácia Vida, prejudica o atendimento do SUS visto que acabará com a diretora do SUS, prejudica a aposentadora do IPRESBS visto que essa diretoria não irá mais existir, prejudicar os projetos dos clubes da terceira idade. Ressaltou novamente que as perguntas realizadas no questionamento do Requerimento de Informação realizado, não é relevante à comissão de finanças, contas e orçamentos. Mas que as mesmas poderiam embasar a opinião de cada vereador. Disse que acredita que a presidente vereadora Zuleica de forma alguma quis "segurar" o projeto, tanto que seu compromisso era colocar o projeto em votação tão logo estivesse pronto e analisado por todas as comissões, e concluiu que agora está. Comentou que o compromisso de colocar o projeto para votação será cumprido na próxima sessão. Com a palavra, o vereador Hélio Alves. Comentou sobre o transporte coletivo, e disse que recebeu fotos enviadas por usuários de ônibus lotados, vindo do bairro Lençol. Disse que os usuários estavam questionando, pois já existem vários casos de pessoas que já não utilizam o transporte e preferem se locomover a pé do que ir no ônibus que já não possui mais lugar. Disse ainda que entrou em contato com o Fabio, do Transportes Coletivos Rainha, para que discut6issem o que poderia ser melhorado. O mesmo comentou que na licitação, existem 170 mil km para serem rodados mensalmente, 39 linhas para rodar com 4 carros reservas, e não tem mais carro nem a possibilidade de colocar novas linhas. O vereador comentou então, que na nova licitação não houve mudança alguma. Disse então que tanto as pessoas pedem para que venha uma nova empresa, mas que na sua opinião, acaba piorando a situação, pois hoje o coletivos Rainha ainda consegue realizar suas "manobras" e trabalhar. Comentou ainda que como observou que o processo de licitação está complicado, seria bom uma conversa com o sr. prefeito e tentar colocar mais 10 linhas, juntamente com 2 ou 3 moradores de cada bairro e fazer uma audiência pública. Comentou ainda que o que acontece nos dias de hoje é o coletivos Rainha jogando na prefeitura (culpa), e a prefeitura vice-versa. O vereador disse que seria o caso de colocar 5 ou 6 linhas e deverá ser dividido a conta. Com parte da palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou sobre seu pedido para marcar uma reunião com o executivo para que se discuta algumas sugestões e alguns detalhes desta licitação. Ressaltou ainda que o pedido de prorrogação foi por uma outra empresa que veio de fora e que está interessada em participar e antes que essa empresa repugnasse, seria melhor fazer a abertura daqui 30 dias. Novamente com a palavra, o vereador Hélio comentou que observou um comentário onde um cidadão alegou que certamente o coletivos Rainha iria ficar novamente, que é feito uma gambiarra. O vereador disse e complementou com a fala do vereador Darlan, e disse que as pessoas podem não gostar de política, mas devem no mínimo entender como que funciona uma licitação. Para finalizar, comentou que por falta de tempo não iria

conseguir falar sobre a Rua Arapongas, mas disse que esteve no local e trouxe algumas fotos e que na próxima sessão irá falar sobre. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Comentou sobre o caso de uma mãe, que lhe procurou, e que possui um filho que foi atropelado poucos dias antes do natal de 2023. O fato ocorreu em uma rua da Vila São Paulo onde não possuía calçadas, obrigando moradores a caminhar na rua. Um moto atingiu o menino, e a mãe contou que no Boletim de Ocorrência, constava que o motociclista estava embriagado. O menino ficou do dia do acidente até semana passada, na UTI. Agora o menino foi encaminhado para um quarto, e sem previsão de alta, visto que seu estado é crítico e necessita de acompanhamento e cuidados. O vereador relatou então que a mãe enfrenta dificuldades, uma vez que não consegue trabalhar pois precisa estar acompanhando o filho, que é menor de idade, e que o pai do menino auxilia com um valor mensal de R$80. Por não trabalhar, não conseguiu pagar aluguel e teve de se mudar para a casa do namorado. O vereador disse ainda que este namorado auxilia a mãe do garoto e quem tem se prontificado em ficar com o menino no hospital. Comentou que a assistência social oferece um cartão de R$100 mensal. O vereador ainda comentou por um aluguel social, mas recebeu como resposta que não cabe, visto que não se trata de violência doméstica ou algo do tipo. O vereador ainda comentou sobre a estrutura de uma assistência social, com funcionários bem remunerados, e que de pouco adianta. Fez ainda uma comparação com a EMHAB, onde recebe investimento altíssimo e não faz uma casa popular. Comentou por fim, que não se tem nenhum auxílio , um aluguel social, nada. Para finalizar, disse que gostaria que fosse registrado em ata, para fins desta licitação do transporte urbano de passageiros, não esquecer de incluir itens da lei 3820 de 2017, de sua autoria que foi aprovado com unanimidade, onde prevê alguns itens, bem como rádio comunicador, que pode ser usado tanto em problemas com o ônibus (mecânicos), ou até mesmo com passageiros. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Comentou novamente sobre o projeto 557 que foi rejeitado, e lembrou que em 2019 quando o projeto que a vereadora Terezinha Dybas comentou, a maioria era situação. Disse que ao ver o projeto ser rejeitado, o que lamenta é ver o vereador Hélio também rejeitar, mesmo fazendo parte da comissão, e comentou que a transparência nesta casa (câmara), é zero perante ao povo. Disse que tanto se fala e se defende a pressa da aprovação, e não sabe o motivo. Disse que são mais 27 cabos eleitorais, em seu ponto de vista. Disse que a comissão possui dúvidas e que é necessário fazer análises, e por isso foi realizado o Requerimento de Informação, mas disse que nem isso estão deixando acontecer. Disse que precisam se preocupar com a saúde do município, visto que o hospital está perdendo recursos e com pessoas incapazes dentro da Secretaria de Saúde que são comissionados. E quando é realizado um questionamento em um ofício de informação, que querem pessoas técnicas, instruídas, com escolaridade, é rejeitado na casa (câmara). Questionou se é esse o respeito que se deve perante ao são-bentense. Disse

ainda que é puro palanque eleitoreiro, pura politicagem, isso que se está no início do ano, imaginando até as eleições o que irá acontecer. Comentou que esteve no hospital, e que tanto se fala em conforto oncológico, e não conseguem terminar. Comentou ainda que a vereadora Karen trouxe um recurso mas pelo fato de trocar de partido, o perdeu, prejudicando o hospital, disse que a informação saiu em mídias, onde dizia que o recurso já estava no hospital, a classe empresarial parou de fazer sua captação de recursos e mandar pro hospital. Disse que está parado (a obra) e que se precisa de recurso. Pediu então aos vereadores, o repasse para o hospital que precisa de R$120 mil para terminar o esgoto e a casa de conforto. Disse que isso não é importante para os vereadores, mas sim para cidadão que precisa do tratamento oncológico, do doente, do contribuinte. Com parte da palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Comentou ser um problema de dignidade, visto que já é uma situação desconfortável para poder esperar seu ônibus ou van de volta. Novamente com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt disse que devem brigar pela saúde, pelo hospital. Ressaltou que é saúde em primeiro lugar, e que brigar por cargos dentro da prefeitura, por questões políticas... Comentou que o hospital pede socorro, disse que o hospital perdeu uma parcela mensal do estado de R$740 mil que irá fazer uma grade diferença, e mais R$500 mil da ortopedia. Para finalizar, disse que quem vai pagar esta conta é o contribuinte, quem vai precisar do hospital. Disse que é necessário correr no estado buscar ajuda real para a população. Disse que em questões das escolas que ganharam os equipamentos de ar-condicionado, visto que também é importante e que os alunos merecem, mas não para ficar jogado, pois não terá instalação, visto que até nos dias de hoje tem equipamento de cozinha e máquinas de lavar paradas. Salientou que todo esse dinheiro poderia ser aplicado no hospital e na saúde. Finalizou dizendo novamente que irá fazer uma indicação para repassar os R$120 mil ao hospital, e pede pela aprovação dos vereadores e prefeito. Com a palavra, o vereador Luiz L. Pesenti. Mostrou em fotos, uma solicitação que havia feito ao executivo, onde se tratava de um acesso, localizado na Rua Otto Neumann, onde existia um muro, e após negociação a prefeitura adquiriu essa área com menos de 100m²

Não havendo mais nada a ser tratado, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 15 de abril de 2024. Mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 11 de abril de 2024.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

ALISSON ANTÔNIO HASTREITER

CARLA ODETE HOFMANN

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LUIZ LINDECIR PESENTI

TEREZINHA M. DYBAS